

Dr. Jorge Amaro de Souza Borges
Dra. Erenice Natalia Soares de Carvalho
Editores Científicos

A temática da deficiência, no ponto de vista do acesso aos direitos e na compreensão da sociedade, tem suscitado reflexões no âmbito das ciências humanas e sociais, de forma a envolver os mais diferentes grupos de profissionais e instituições, demonstrando o caráter polissêmico, interdisciplinar e transversal da ideia de um corpo com impedimentos, cuja dimensão antropológica evidencia que há uma construção permanente de um fenômeno, o qual está em permanente construção. Diante disso, nesta edição da Revista Apae Ciência, há um conjunto de artigos, os quais estabelecem múltiplos diálogos envolvendo questões como sexualidade, intervenções neuropsicológicas, acesso à saúde, protocolos de avaliação, currículo funcional, habilitação e reabilitação, direito à educação e o mundo do trabalho, sempre tendo como referência a questão da deficiência intelectual.

Aline Carolina Bassoli Barbosa e Ivanda de Souza Silva Tudesco nos trazem uma revisão narrativa sobre “Intervenções neuropsicológicas breves em casos de lesão encefálica adquirida (LEA)”, que consiste em um levantamento bibliográfico dos artigos publicados nos últimos 20 anos, no período de 2000 a 2020, na plataforma Scielo, sendo enfatizado o treino cognitivo como proposta de intervenção. As autoras identificaram dois artigos referentes à lesão encefálica, entretanto, apenas um deles se trata de um processo de avaliação e reabilitação neuropsicológica decorrente de uma LEA. O trabalho parte da premissa que é essencial aos profissionais da área de neuropsicologia o conhecimento acerca das possibilidades de intervenções breves focadas em pacientes com lesões encefálicas adquiridas (LEA). Ao longo do trabalho, serão apresentados alguns tipos de lesões e propostas de intervenções, por uma revisão narrativa de literatura.

O trabalho “A influência a intervenção precoce no processo de inclusão social”, de autoria de Raquel Inocência de Andrade Bittencourt, Maristela Pilon Reducino Leme e Rosângela Aparecida Neves, teve como objetivo avaliar como a Intervenção Precoce auxilia a criança com Deficiência Intelectual, Múltipla e Autismo na inclusão social. A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi a aplicação de um questionário via aplicativo de mensagens na plataforma Google Forms, enviado a 80 famílias de crianças com idades de 0 a 6 anos, assistidas na APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José dos Campos-SP, no Programa de Intervenção Precoce, de 0 a 6 anos. Cada família e/ou cuidador deveria responder a 10 perguntas acerca de diagnóstico, atendimentos, acesso a esportes, cultura e lazer, uso de dispositivos auxiliares e a evolução da criança. Os resultados obtidos neste estudo evidenciaram que a Intervenção Precoce colabora para a inclusão social de crianças com Deficiência Intelectual, Múltipla e Transtorno do Espectro Autista. Os autores concluíram que os atendimentos especializados realizados de forma precoce favorecem a inserção da criança na sociedade, uma vez que contribuem para a autonomia, a independência, a comunicação, a interação e o desenvolvimento motor.

Com a necessidade de garantir direitos e oportunidades para a pessoa com necessidade complexa de comunicação, a APAE Barueri-SP, em 2021, ampliou a sua grade de atividades com a implementação do Projeto de Comunicação Alternativa, voltado para pessoas com deficiência intelectual, na faixa etária de 03 a 17 anos e 11 meses, que frequentam a Organização, sendo o objeto do artigo “Projeto de Comunicação Alternativa - Estudo sobre protocolo de avaliação”, o qual descreve o processo de escolha de protocolos de avaliação e

aplicação na instituição. O estudo se inicia apresentando o conceito de deficiência e da pessoa com necessidade complexa de comunicação e, na sequência, apresenta os protocolos e materiais destinados ao processo de avaliação para ratificar a elegibilidade do usuário para o Projeto de Comunicação Alternativa. São realizadas ponderações sobre as facilidades e dificuldades de cada protocolo, bem como considerações sobre a importância da utilização de recursos de Comunicação Alternativa que favoreçam a comunicação e as interações da pessoa com necessidade complexa de comunicação em todos os espaços que está inserida.

Flavia Catanante, pelo trabalho “Currículo Paulista e Currículo Funcional: adaptações necessárias para o atendimento ao público-alvo das escolas de educação especial” foi buscar, na bibliografia existente, o alicerce teórico para nortear às adaptações do Currículo Funcional ao Currículo Paulista e atender as necessidades do PAEE (público-alvo da educação especial) no estado de São Paulo. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, sob uma abordagem qualitativa. O Currículo Paulista foi homologado em 2019, passando a ser obrigatória a sua implementação em todas as instituições escolares vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. As escolas especiais mantidas pelas APAEs utilizam o Currículo Funcional, construído a partir da necessidade do aluno, considerando as suas potencialidades, cultura familiar, objetivos de vida e desejos. Como resultado, percebemos que não há bibliografia específica para um suporte teórico. O caminho para a concretização do fato é o estudo do novo documento e a realização das adaptações para a aplicação do Currículo Funcional, coordenados pelas equipes gestoras das escolas da rede APAE. Deve-se, desse modo, compartilhar saberes e construir conhecimentos, no sentido de incorporar o Currículo Paulista, sem perder as características do Currículo Funcional, instrumento imprescindível para a efetivação das adaptações essenciais, previstas em lei.

O marco constitucional de 1988 garantiu a educação como um direito de todos no seu artigo 205, guiado pelo princípio da igualdade. Partindo desse pressuposto legal, Leonardo Roza Tonetto, Luiza Gava Andrêza, Maria Deuceny da Silva Lopes Bravo Pinheiro e Lorena Borsoi Agrizzi nos apresentam o artigo “A fundamentalidade do direito à educação sob a perspectiva das pessoas com deficiência: da formalidade a sua materialização”. Os autores ressaltam que do paradoxo entre a garantia de direitos e a sua concretização emerge a problemática em torno da materialização do direito das pessoas com deficiência. Nesse contexto, o presente artigo, por uma pesquisa bibliográfica e documental, faz uma breve retrospectiva histórica do ensino voltado para esse público-alvo, discutindo o amparo legal e as políticas públicas vigentes para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Finaliza-se fazendo uma reflexão das lacunas ainda existentes nessa seara da educação, que apesar de contar com amparo legal, carece de um olhar mais sensibilizado, que saia da formalidade e assuma a materialidade na sua execução.

Claudia Aguiar dos Santos nos propõe pelo artigo “Efetivação do direito de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência intelectual pelo SUS”, uma discussão sobre esta questão, sobretudo considerando que esse debate contribui para mais meios de informações aos usuários que necessitam desse tratamento e acompanhamento, visto que quanto maiores forem as fontes de informação, mais pessoas terão acesso aos tratamentos, o que fará a diferença nas suas vidas. A autora compreende que a efetivação do direito à habilitação e à reabilitação da pessoa com deficiência intelectual visa o conhecimento sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), visando o trabalho do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo esse importante para a PCD no seu processo de habilitação e reabilitação. A autora considera, ainda, que os mecanismos para a efetivação dessa política pública devem estar aliados à família, sociedade civil e que a articulação em rede é essencial. Assim, o trabalho apresenta um breve contexto sobre o funcionamento do sistema único de saúde no Brasil e abrange a Pessoa com Deficiência.

Luiz Fernando Zuin, Andreza Marques de Castro Leão e Fátima Elisabeth Denari nos apresentam o artigo “Sexualidade e deficiência intelectual: estigmas e preconceitos”, cujo ob-

jetivo foi realizar uma discussão sobre os estigmas e preconceitos que permeiam a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, compreendendo-a como um atributo importante para a inclusão social. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura e de documentos sobre esta temática, a partir da releitura, análise e sistematização, de modo a produzir outras possíveis contribuições com o debate acerca do tema. Os resultados apontaram que: a) ainda é comum a crença de que as pessoas com D.I são assexuadas, quando não são vistas de forma infantilizadas e b) os comportamentos sexuais da pessoa com deficiência intelectual são considerados inadequados e/ou problemáticos. Concluiu-se que o reforço do preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência, na sua maioria, está diretamente relacionado à maneira pela qual a sociedade entende e reconhece as diferenças e aos padrões que definem e instituem a normalidade. Segundo os autores, o reforço do preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência, majoritariamente, está diretamente relacionado à maneira pela qual a sociedade entende e reconhece as diferenças e aos padrões que definem e instituem a normalidade.

Marcela de Fátima Naves dos Reis nos traz o artigo “Reflexões acerca do acesso a inclusão da pessoa com deficiência intelectual, múltipla e autismo na sociedade contemporânea, sob a ótica da política de assistência social”, propondo-se a circunscrever reflexões sobre o acesso à inclusão da pessoa com deficiência intelectual, múltipla e autismo na sociedade contemporânea, sob a ótica da política de assistência social. Assim, trataremos do tema em tela supracitado, a partir do método materialista histórico-dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, subsidiado por pesquisa qualitativa pelo aparato bibliográfico das legislações vigentes, que cerceiam os direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Nas suas conclusões, ressalta-se que pensar na sociedade contemporânea que proporcione acesso à acessibilidade às pessoas com deficiência intelectual, múltipla e autismo, requer que compreendamos o papel das políticas públicas, em especial da assistência social como parte integrante do processo emancipatório, que viabilize o usufruto de vida cívica com liberdade plena e que somente será possível a partir da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Temos, pois, a reforma societária como via de inserção para a superação de problemáticas ocasionadas pelo ambiente social, como uma questão política que pressupõe a viabilização emergente de ações que fomentem a participação ativa na sociedade.

No trabalho “Pessoa com deficiência e os desafios para a inclusão no mundo do trabalho”, Ligia de Oliveira Soares da Silva, Lucas Elias Ignez, Viviane Cristina Silva Vaz e Vanessa Aparecida Barbosa Tristão buscam discutir, dentro do cenário brasileiro, os aspectos relacionados à inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, partindo do pressuposto que há muitos desafios para que a inclusão da pessoa com deficiência no mundo laboral aconteça de fato e que há a necessidade de articulação das políticas de educação, saúde, trabalho e assistência social. O trabalho é de abordagem qualitativa, realizado por uma pesquisa bibliográfica e documental. Apesar dos avanços dos movimentos sociais, das organizações representativas entre outros aspectos, em relação à criação das leis que obrigam ao maior acesso de direitos previstos das pessoas com deficiências, o que podemos concluir é a contradição do sistema capitalista que se fundamenta e utiliza da desigualdade e padrão de exclusão como um regulador das relações de trabalho.

Encerramos a edição com o artigo de André Luiz Pereira Spinieli e Letícia de Paula Souza intitulado “Pela revolução dos paradigmas jurídico-sociais de proteção das pessoas com deficiência: o modelo de direitos humanos possui validade transformadora?”. A mudança de cenário apenas se fez possível graças à construção de paradigmas jurídico-sociais responsáveis não apenas por definir quem poderia ser considerado pessoa com deficiência, mas principalmente por servir de elemento orientador de políticas legislativas e sociais para a proteção desse grupo. Mesmo com avanços sociais, diferentes críticas sobre sua insuficiência têm fornecido base para a consolidação de novos modelos de deficiência, ganhando força com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A partir desse panorama, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir as insuficiências do paradigma social e introduzir

a ideia do modelo de direitos humanos como mecanismo que garante maior lastro protetivo às pessoas com deficiência. Em termos metodológicos, o trabalho se fundamenta na pesquisa descritiva documental, em que o desenvolvimento é realizado de acordo com a literatura sobre os paradigmas de conceituação da deficiência. Apesar do paradigma social se configurar como instrumento contemporâneo para a consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, a sua dificuldade em responder satisfatoriamente às demandas por inclusão social resgatou a emergência de um novo paradigma, cuja base está na compreensão de que a retirada desses sujeitos da esfera das cidadanias civil, política e socioeconômica são violações de direitos humanos.

Os textos aqui apresentados nos remetem sobre a importância da relação entre os saberes da academia, o rigor científico a prática institucional, o que é um dos principais objetivos desta revista, permitindo, assim, que tenhamos epistemologias que sejam percebidas a partir daquilo que experienciamos no nosso cotidiano e façam sentido também como um capital social de valor para a construção de relações humanas mais profundas, tendo, por base, a acessibilidade e a inclusão. Nessa perspectiva, esta edição nos apresenta um pequeno retrato de como os autores buscam sistematizar as suas ideias e relacionar as suas diferentes abordagens, considerando aquilo que é observado nos seus atendimentos e a conexão com diferentes campos teóricos do conhecimento, instigando reflexões sobre políticas públicas na relação com o Estado e a Sociedade.

Boa leitura!